

¹⁴ L. BOFF, *A Trindade, a Sociedade e a Libertação*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1986, p. 229. Sobre isto conferir ainda: pp. 227-230.

¹⁵ A. JAUBERT, op. cit., p. 64.

¹⁶ N. B. PEREIRA, *O trabalho de Deus e o nosso trabalho*, in "Encontros Teológicos",

n. 9 (1990/2), p. 14.

¹⁷ Id., ibid., p. 15.

¹⁸ C. MESTERS, *A Bíblia na Nova Evangelização*, Cad. da CRB, RJ, 1990, p. 19

¹⁹ J. COMBLIN, op. cit., p. 187

²⁰ S. S. GOTAY, *O pensamento cristão revolucionário*, Ed. Paulinas, SP, 1985, p.123. Cf também o capítulo 4 do mesmo livro: *A revolução hermenêutica: recuperação do sentido histórico e libertador do Reino de Deus na literatura bíblica*, pp. 144/163.

²¹ J. COMBLIN, op. cit., p. 185

²² C. MESTERS, op. cit., p. 29.

²³ Sobre isto cf ainda: José COMBLIN, op. cit., pp. 178-203. Na p. 191: "O Filho encarna-se num homem que já é presença do fim desse movimento, e antecipa o advento da humanidade nova para a qual caminha a multidão conduzida pelo Espírito Santo"...

²⁴ B. FERRARO, *Cristologia a partir da AL: Pressupostos*, in REB 48, fasc. 190 (jun/88), p. 285

²⁵ Id. ibid., p. 284

²⁶ N. B. PEREIRA, art. cit., p. 15.

²⁷ A. CECHIN, *Educação da Fé ao interior de uma prática libertadora*, CEBI, MG, 1989 (n. 19), p. 18.

²⁸ B. FERRARO e R. SIMÕES, *Democracia como conquista*, in rev. Vida Pastoral, mai-jun 1989, n. 146, p. 13.

²⁹ J. COMBLIN, *Antropologia Cristã*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1985, p.43

³⁰ Id., ibid., p. 22.

³¹ Id., ibid., p. 22.

³² F. RUBEAUX, op. cit., p. 31

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Lages
caixa postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC

Fraternidade e Política

A Paz - Que Paz?

Pe. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese Bíblica

O sugestivo lema da CF-96 "*Justiça e Paz se abraçarão*", extraído do SI 85,11, irresistivelmente nos reporta ao profeta ISAÍAS, no c. 32,17, onde se lê a seguinte afirmação lapidar: "*A obra da Justiça é a Paz*"¹, isto é, em outras palavras: a Paz é o fruto, o resultado da Justiça; ou ainda, sem Justiça não há Paz!

Esta observação inicial me recorda um breve diálogo, entre mim e um preso da Penitenciária de Florianópolis, nos idos de 1974, quando eu estava iniciando este ministério de assistência aos encarcerados no qual continuo até hoje. Não me recordo mais do dia e do mês, nem também do nome do preso (oficialmente chamado de "reeducando"), embora sua fisionomia me esteja presente. O local foi no corredor da "Casa Velha", que dá acesso à Capela, e por onde também se passa a umas salas de aula, para onde o preso se dirigia. Meio de chofre ele me aborda, ao cruzarmos no corredor, e me pergunta, mais ou menos nestes termos: "Pe. Ney, qual é o versículo mais importante da Bíblia?" É uma pergunta que eu mesmo gosto de fazer às pessoas, em palestras de introdução à Bíblia, e procuro justificar determinada resposta. Ele, preso, na sua situação de condenado da "Justiça", havia descoberto a profundidade da fórmula isaiana e me dava a sua resposta, citando o texto na versão de ALMEIDA, que

era a que ele tinha em mãos: "É Isaías 32,17: '*O efeito da Justiça será Paz, e o fruto da Justiça, repouso e segurança para sempre*'. Não me lembro se ali, no corredor, tivemos tempo de aprofundar a questão, nem me lembro se perguntei ao preso as razões que o levaram à descoberta... mas creio que a aproximação da CF-96, com o lema já mencionado, é uma boa oportunidade para tentarmos esse aprofundamento: Qual será essa Paz verdadeira, pela qual todos ansiamos? e como essa Paz depende da Justiça?"

Pretendo desenvolver minha contribuição em três pontos: 1. A Paz que não é Paz, e esta o Cristo não vem trazer-nos, segundo a afirmação paradoxal de Mt 10,34: "*Não penseis que vim trazer Paz à terra: não vim trazer a Paz, mas a espada*" (cf Lc 12,51)... 2. A Paz verdadeira, que é fruto da Justiça, segundo Is 32,17. 3. A Paz verdadeira, que é o próprio Jesus, o Cristo, segundo Ef 2,14.

1. NÃO VIM TRAZER A PAZ, MAS A ESPADA (MT 10,34)

Antes de tudo, trata-se de um texto difícil, este versículo de Mateus, pelo próprio fato de ser paradoxal. Imediatamente suscita em nós a pergunta: Mas como? O "Príncipe da Paz"(Is 9,5) não vem trazer a Paz? Pelo contrário, traz "a

espada” ou, como escreve Lucas na passagem paralela: traz “a divisão”?

Dos comentários que pude consultar, chamou-me a atenção o de ALBRIGHT e MANN², que propõem uma tradução incomum do texto e, em consequência, uma interpretação peculiar. Eis a tradução, que verto do inglês: (34) *Não penseis que eu tenha vindo impor a Paz na terra, pela força; não vim para impor a Paz, nem também para fazer guerra.* (35) *Eu vim para dividir... um homem contra seu pai, uma filha contra sua mãe, e uma nora contra sua sogra.* (36) *Os inimigos de uma pessoa serão seus próprios familiares.*

A seguir ALBRIGHT e MANN comentam o texto, começando por afirmar que a versão de Lc 12,51 não pode ter provindo da mesma fonte escrita (Q!) que Mt e que nesse texto são rejeitadas duas falsas expectativas em relação ao Messias: a de “impor” a paz em Israel pela força das armas, e a de afirmar o reino messiânico no exterior por conquistas. Isto seguiria logicamente os vv. anteriores, 32-33, nos quais Jesus alude à livre decisão que cada um deve tomar frente a ele: *Quem se declarar por mim (lit. me confessar) diante dos homens... quem me renegar... Decisão livre, penosa, Ele não interferindo na liberdade humana e, portanto, nada “impondo”.*

Para justificar sua tradução e interpretação, ALBRIGHT e MANN recorrem ao suposto substrato original aramaico, que evidentemente não vamos discutir aqui, traduzindo o gr. *baleîn* por “impor à força”, em vez do usual “trazer”, e argumentam que “por um simples homoiotelêuton (= final semelhante em duas linhas), parece ter desaparecido uma importante ligação entre os vv. 34 e 35, a saber: *Eu vim para dividir o justo do injusto: um homem contra seu pai... etc, pensamento semelhante ao de Mt 3,18: Então vereis novamente a diferença entre o justo e o ímpio, entre aquele que serve a Deus e aquele que não o serve...* E citam ainda um texto de Qumran: *Porque declararás como culpáveis no juízo a todos os que me atacam, para separar por mim o justo do injusto* (IQH 15,12)³.

Embora essa interpretação de ALBRIGHT e MANN seja sugestiva, ela parece fazer violência ao texto “recebido” que chegou até nós e que é aceito por todos os outros comentários e traduções que conheço. Creio, portanto, que vale a pena, agora, para desenvolver minha argumentação, apresentar o texto de Mt 10,34-36 em paralelo com o de Lc 12,51-53, na tradução usual.

Mt 10,34-36

Não penseis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer paz, mas espada.

(35) *Com efeito, vim trazer divisão entre o pai e seu pai, entre a filha e sua mãe, entre a nora e sua sogra.* (36) *Em suma: os inimigos do homem serão os seus próprios familiares* (Cf Mq 7,6).

Cf o lóguion 16 do Evangelho de Tomé: *Talvez pensem os homens que vim trazer paz à terra. Não sabem que vim para trazer divisão, fogo, espada, guerra, à terra. Haverá cinco pessoas numa só casa: três contra duas*

*e duas contra três: o pai contra o filho, o filho contra o pai. E cada um será isolado.*⁴

De acordo com a teoria sinóptica corrente, temos aqui um texto “Q”, material não narrativo que se encontra em Mt e em Lc, e não se encontra em Mc. Também aqui, como no Sermão da Montanha, salta aos olhos a perspicácia organizativa de Mt, que reúne as palavras de Jesus em blocos compactos, bem ordenados, enquanto Lc prefere deixar os ensinamentos do Mestre esparsos ao longo do seu ministério, especialmente na secção da “grande viagem” (Lc 9,51--19,27). Assim, estas palavras paradoxais de Jesus estão situadas, em Mt, no chamado “discurso apostólico”, no c. 10, culminando uma série de advertências muito realistas sobre a missão: os discípulos serão perseguidos (vv. 17-25), mas não devem ter medo, e não devem furtar-se ao testemunho, vale dizer, ao martírio (vv. 26-33). Logo depois dessas advertências e exigências é que Jesus, desfazendo qualquer ilusão, afirma que não veio trazer a Paz (v.34), mas, citando Mq 7,6, veio causar divisão até nas relações familiares (vv. 35-36). Logo a seguir, Mt cita o lóguion que Lc traz num outro contexto: *Aquele que ama pai e mãe mais do que a mim, não é digno de mim*”.

O contexto de Lc é diferente. No c. 12, depois do ensinamento sobre a prontidão dos servos em relação à volta do patrão (Lc 12, 35-48), ele apresenta, sem enquadramento especial, o lóguion dramático dos vv. 49-50 sobre o “fogo” que Jesus vem trazer à terra e sobre o “batismo” que ele anseia se consumir quanto antes... E logo, em seqüência, o texto paralelo a Mt 10,34-36, nos vv. 51-53, mas sem a complementação que temos em Mt: em Lc, o lóguion sobre a exigência de um amor maior a Cristo do que ao pai e à mãe e aos familiares encontra-se mais adiante, no c. 14,26.

Vejamos, agora, as principais diferenças no conteúdo do próprio texto: 1) Mt usa o termo metafórico *espada*,

enquanto Lc já claramente fala de *divisão*; 2) a citação de Mq 7,6, que no seu sentido literal é um detalhe do conjunto da análise negativa que Miquéias faz da sociedade do seu tempo (Mq 7,1-6), e absolutamente não é uma “profecia” dos tempos messiânicos⁵, é feita de maneira diferente pelos dois

evangelistas: Mt é mais sucinto na primeira parte da citação mas é mais completo do que Lc, que omite a segunda parte⁶.

Mas enfim, porque é que Jesus “não vem” trazer a Paz mas, pelo contrário, a *espada* ou a *divisão*? Para responder à pergunta, creio que é útil aduzirmos um texto joanino, do episódio da cura do cego de nascença, fato que os fariseus, “cegos”, não quiseram reconhecer: *Para um julgamento é que vim a este mundo: para que os que não enxergam, vejam, e para que os que vêem, tornem-se cegos* (Jo 9,39). Isto é, Jesus vem como um catalisador, um provocador, alguém cuja presença, palavra, prática, desestabiliza, questiona, inquieta, obriga a uma decisão. Nesse sentido ele “não vem” trazer a Paz, isto é, a falsa paz da acomodação, do compromisso, dos arranjos, daquilo que já o livro da Sabedoria qualificava de falsa paz: *Vivendo na imensa guerra da ignorância - do falso conhecimento de Deus, da idolatria - a tais males proclamam Paz* (Sb 14,22)⁷. Aliás, também Jeremias já alertara contra os falsos líderes do seu povo, profetas e sacerdotes, que proclamavam “paz”, quando não havia Paz... (Jr 6,14 e 8,11)

Mas temos, ainda em João, talvez a mais clara resposta à dúvida suscitada pelo paradoxo de um Messias que “não vem” trazer a Paz: na última ceia, pelo final do primeiro discurso de despedida, Jesus garante aos apóstolos a “sua” Paz, não a paz “do mundo”. É o texto de Jo 14,27, no qual Jesus assim fala: *Eu vos deixo a Paz, a minha Paz vos dou, não vo-la dou como o mundo a dá...* Portanto, de fato Jesus “não vem” trazer a “paz”, isto é, não vem trazer a paz “do mundo”. Ao contrário, Ele traz a “espada” da sua Palavra, que é Verdade e Justiça, e que portanto revela a mentira, denuncia a hipocrisia, **põe à mostra o conflito**⁸ que aí está, numa sociedade injusta e mentirosa como a do seu tempo e a nossa também. Mas nos deixa e nos dá a Paz, a “sua” Paz, a “Paz inquieta” que é Ele mesmo, argamassada “pelo sangue de sua Cruz” (Cl 1,24), como procuraremos mostrar na terceira parte deste estudo.

2. A PAZ É A OBRA DA JUSTIÇA (IS 32,17)

Isaias, o profeta “da Justiça e da Fidelidade”, como o chama CROATTO⁹, insiste muito nesta verdade óbvia, que a humanidade no entanto custa a aprender: sem Justiça não há Paz, ou seja, a Paz é resultado, consequência, fruto, da Justiça. Foi este axioma do Profeta que Pio XII, o Papa cujo pontificado foi marcado pelo início e o desenrolar-se da tragédia da segunda guerra mundial (1939-45), quis como lema do seu ministério papal: *Opus Justitiae Pax* (texto latino da Vulgata), numa tentativa impotente de chamar à razão os chefes das nações envolvidas.

Onde se encontra este texto, no grande conjunto do livro de Isaias? O cap. 32 faz parte do chamado “Primeiro Isaias”, contendo os oráculos que se atribuem ao profeta do séc. VIII, que tanto envolvimento político teve no seu tempo. É verdade que, mesmo nesses capítulos 1-39, nem tudo se deve ao próprio Isaias, bom número desses oráculos sendo “releituras” de seus discípulos, empolgados porém pelo pensamento do mestre. O v. 17 faz paralelismo com o v. 16, e ambos se inserem no conjunto que vai do v. 15 ao v. 18, que reproduzo a seguir:

*“Porque é que
Jesus ‘não vem’
trazer a Paz
mas, pelo
contrário,
a espada ou
a divisão?”*

(15) *...até que seja derramado sobre nós o Espírito que vem do alto.*

Então o deserto se transformará em vergel e o vergel será tido como floresta.

(16) *No deserto habitará o Direito e a Justiça morará no vergel.*

(17) *A obra da Justiça será a Paz e a tarefa da Justiça¹⁰, tranqüilidade e segurança para sempre.*

(18) *E meu povo habitará em ambiente de paz¹¹ em moradas seguras e em lugares tranqüilos...*

Chama a atenção, nesse oráculo, a convergência de fatores divinos e humanos, do céu e da terra: tudo se transforma pela força do Espírito que vem “do alto”, o qual é “derramado sobre nós”, operando a mudança. O deserto se transforma porque aí, pela ação do Espírito, passa a habitar o Direito, hebr. *mishpat*, e aí mora a Justiça, hebr. *tse-daqah*, que são os dois valores, agora humanos, que justamente garantem a Paz. A propósito, desde Amós, é frequente a insistência dos profetas exatamente nesses dois valores, p. ex. Am 5,24: *Que o Direito jorre como a água, e a Justiça, como um rio perene*, Os 2,21: *Eu te desposarei comigo na Justiça e no Direito, no amor e na ternura...*; Jr 23,5b: *um rei reinará e agirá com inteligência, e exercerá na terra o Direito e a Justiça*; e do próprio Javé se afirma, no Sl 33,5: *Ele ama a Justiça e o Direito...*

Nesse sentido, é impressionante o que diz já o livro do Gênesis, no texto em que Javé confessa o objetivo da escolha de Abraão, pelo qual “serão benditas todas as nações da terra”: *Pois eu o escolhi*, diz Javé, *para que ele ordene a seus filhos, e à sua casa depois dele, que guardem o caminho de Javé, realizando a Justiça e o Direito: deste modo Javé cumprirá para Abraão o que lhe prometeu* (Gn 18, 18-19)... isto é, as bênçãos da Aliança dependem da realização da Justiça e do Direito!

Os dicionários e vocabulários bíblicos têm muito a nos dizer sobre o preciso significado do *Direito* e da *Justiça*, que evidentemente não correspondem à noção

atual que deles temos. O “Direito”, para nós, é o conjunto das normas que foram sendo elaboradas exatamente para a administração da “Justiça”, e esta, segundo o Direito romano, é a qualidade ou virtude de atribuir a cada um o que lhe é devido. Sem poder alargar demais o leque da discussão, é importante saber que o substrato hebr. de “Direito”, *mishpat*, designa mais a ação do que a norma, mais a intervenção, o “julgamento” efetivo de Deus, ou do rei, que intervêm, normalmente para restabelecer a Justiça em favor dos oprimidos, como aparece claramente na descrição do rei ideal, segundo Is 11,4: *Ele julgará* (lit. exercerá o *mishpat*)

*“Que guardem o
caminho de Javé,
realizando a Justiça
e o Direito”*

em favor dos fracos com Justiça, e com retidão arbitrará em favor dos pobres da terra. Aliás, é nesse sentido que o Salmo 72 expressa a seguinte oração: *Ó Deus, concede ao rei teus julgamentos (mishpatim) e a tua Justiça ao filho do rei: que ele julge seu povo com Justiça (tsedaqah) e teus pobres segundo o Direito (mishpat)*. Notar, aliás, como a expressão foi “democratizada” por Ezequiel, o profeta da responsabilidade individual, numa fase em que a figura do rei, no Exílio, tinha cessado: cada pessoa, cada um deve praticar o Direito e a Justiça, até o ímpio, se quiser ter salva a vida (cf Ez 18,5.19.21.27...). Da mesma forma, “democratizada” e profética é a afirmação de Pr 21,31: *Praticar a Justiça e o Direito vale mais para Javé do que os sacrifícios e oferendas...*

Quanto à “Justiça”, que no Antigo Testamento aparece na forma feminina *Tsedaqah* 157 vezes e na forma masculina *Tsedeq* 119 vezes¹², seu sentido fundamental é o do comportamento reto, adequado à vida comunitária, portador de bem-estar e salvação. Daí a possibilidade, mesmo necessidade, segundo alguns¹³, de traduzir *Justiça* às vezes por “salvação”, o que, a meu ver, enfraquece a riqueza semântica de um termo tão expressivo, ainda mais hoje, com a consciência aguda que temos dos direitos humanos, aos quais está diretamente ligada a “Justiça”. É exatamente essa percepção que leva ISAIAS a mostrar-se tão ferrenho proclamador da Justiça e, por isso mesmo, tão incansável denunciador da injustiça, como numa de suas primeiras manifestações públicas, o famoso cântico da Vinha, Is 5,1-7. No final desse oráculo, ao descrever a frustração do Amado, que é o Senhor da Vinha, o profeta clama: *Deles - os que constituem a Vinha, isto é, os habitantes de Judá e Jeerusalém - deles esperava o Direito (mishpat), mas o que produziram foi assassinatos; deles esperava a Justiça (tsedaqah), e o*

que se viu foram gritos de socorro! (Is 5,7)

Assim se entende por que e como a obra da Justiça será a Paz, e a tarefa da Justiça, tranquilidade e segurança para sempre (Is 32,17). O profeta está convencido de que, não havendo “Justiça”, isto é,

Havendo qualquer tipo de opressão, portanto, injustiça, não pode haver Paz!

não havendo a atribuição, a cada um, daquilo que lhe compete, daquilo que é “justo” e salutar que ele tenha e/ou seja, ou, pelo contrário, havendo qualquer tipo de opressão, portanto, injustiça, não pode haver Paz! É por isso também que, no belíssimo oráculo messiânico do c. 9,1-6, ao anunciar o nascimento do “Príncipe da Paz” (9,5), ele afirma que a paz do seu reino, no trono de Davi, não terá fim porque mantida e consolidada pelo Direito e pela Justiça (Is 9,6). A propósito, o II e III Isaías levarão adiante as propostas do seu predecessor, anunciando uma presença e atuação paralelas da Justiça e da Paz, na Jerusalém redimida: Is 48,18 fala, ainda sob condição, da tua Paz como um rio e tua Justiça como as ondas do mar... e Is 60,17 assegura, da parte de Javé: *Farei da Paz - tua administradora, e da Justiça - tua autoridade suprema!*

Mas temos, ainda, outro oráculo messiânico de Isaías, o do c. 11,1-9, focalizando o “rebento do toco de Jessé”,

sobre o qual repousa o Espírito do Senhor com seus múltiplos dons. Resultado dessa plenitude do Espírito nesse rei-Messias será o seu **governo justo**, que reprimirá os ímpios e arbitrará em favor dos pobres da terra... E agora, sim, o efeito desse governo justo, dessa Justiça em ação, será a Paz, uma Paz paradisíaca, descrita poeticamente nos vv. 6-8 - *lobo e cordeiro, leopardo e cabrito, vaca e urso, leão e boi, criança e serpente*, todos convivendo sem medos nem danos mútuos, porque a terra estará cheia do conhecimento de Javé¹⁴ como as águas recobrem o mar (Is 11,9). É verdade que o sábio SIRÁCIDA, certamente conhecendo Is 11,6-8, parece descrever da utopia isaiana, ao traçar a sua análise da sociedade da sua época: *Que paz pode haver entre a hiena e o cão? E que paz, entre o rico e o pobre?* (Sir 13,18). Para nós, porém, que acreditamos em Jesus, no qual “a utopia tornou-se topia”, a superação dos contrastes é possível, desde que tiremos as devidas conseqüências da palavra e da prática, nada condescendentes, do Mestre¹⁵.

E agora, antes de passar ao terceiro ponto de nosso estudo, vale a pena comentar a repercussão de Is 32,17 no Novo Testamento, exatamente na carta de TIAGO, no c. 3,18. Nessa passagem em que o Apóstolo traça um contraste entre a verdadeira e a falsa sabedoria, ele demonstra que a Sabedoria “que vem do alto” é pura, pacífica, conciliadora (3,17)... E logo a seguir afirma que o fruto da Justiça, ou seja, a própria Justiça - que aí parece equivaler à Sabedoria - é semeado pacificamente por aqueles¹⁶ que promovem a Paz (Tg 3,18). A surpresa deste texto é que ele parece inverter as coordenadas de Is 32,17, para quem a Paz é o fruto da Justiça: para Tiago, cuja preocupação eram as desavenças da comunidade, a Justiça é o fruto da Paz, o “fruto da Justiça” sendo semeado “pacificamente” (lit. em Paz) por aqueles que promovem a Paz, os quais, aliás, pelo Senhor foram declarados bem-aventurados (cf Mt 5,9). É evidente, na interpretação de Tiago, uma preocupação intracomunitária, nesta passagem, diferente da perspectiva claramente política de Is 32,17.

3. ELE É A NOSSA PAZ (EF 2,14)

O Novo Testamento é o fruto teológico e literário da experiência pascal daquele grupo de judeus - Mateus, Marcos, Lucas, João, Paulo, Tiago, Pedro, Judas e outros, com suas comunidades de fé - que reconheceram em Jesus de Nazaré o Cristo, o Ungido, o Messias, Filho do Homem e Filho de Deus, no qual as Escrituras se cumpriram. Dessa forma, tudo aquilo que o Antigo Testamento vivenciou, lutou e esperou, a respeito da Paz, tudo se realiza, tudo chega à sua plenitude em Jesus, do qual Paulo, assumindo Mq 5,4a, afirma literalmente, em Ef 2,14: *Ele é a nossa Paz!*¹⁷. E continua, aludindo à reconciliação entre judeus e gentios, estes outrora longe, agora trazidos para perto, pelo sangue do Cristo, o qual derrubou o muro da separação¹⁸ e suprimiu a inimizade que havia entre uns e outros. Mais. Tendo “matado a inimizade” na Cruz, por meio da qual Ele reconciliou todos com Deus num só Corpo, Jesus anunciou e estabeleceu a Paz... (cf Ef 2,14-18). O mesmo pensamento retorna, em dimensão ainda mais ampla, no Hino cristológico do início da carta aos colossenses: *Nele aprovou a Deus fazer habitar toda a plenitude, e reconciliar por Ele e para Ele todos os seres, os da terra e os dos céus, realizando a Paz pelo sangue da sua Cruz!* (Cl 1,19-20)

"Tudo aquilo que o Antigo Testamento vivenciou, lutou e esperou, a respeito da Paz, tudo chega à plenitude em Jesus"

Assim, a Paz, que é dom de Deus e ponto mais alto de sua bênção, segundo a fórmula de Nm 6,24-26 - *Javé te abençoe e te guarde, Javé faça resplandecer sobre ti o seu rosto e te seja favorável, Javé mostre para ti a sua face e te conceda a Paz!* - a Paz tem o seu preço. Isto é, se a Paz é dom, como o Reino,

ela também, como o Reino, é tarefa. Explico-me. Se o Reino deve ser pedido, suplicado, como dom - *venha o teu Reino!* (Mt 6,10) - temos também de procurá-lo, construí-lo, antes de qualquer outra coisa - *Buscai primeiro o Reino e a sua Justiça...* (Mt 6,33). Assim também a Paz, que é dom de Deus, tem de ser ela mesma conquistada, construída, "realizada", através de um empenho que exige renúncia e abnegação, cuja forma suprema é a Cruz de Cristo, segundo o que lembra PAULO.

Como conciliar, porém, nesse empenho pela Paz, estas perspectivas que parecem divergentes: a de ISAÍAS (Is 32,17) e a de PAULO (Ef 2,14-18 e Cl 1,19-20)? De fato, o primeiro, numa abordagem mais política, apresenta-nos a Paz como *tarefa e obra da Justiça*, e Justiça no governo¹⁹, nas relações sociais, enquanto o segundo, numa abordagem decididamente cristológica, afirma-a consumada no sangue da Cruz do Senhor! Ora, a Cruz, pelo simples fato de ser imposta, parece passiva, enquanto a Justiça, tanto a humana como a divina, se caracteriza pela ação... Então, Isaías, ou Paulo?

Creio que o próprio título da tese de Benedito FERRARO - *A significação política e teológica da morte de Jesus* - publicada há quase vinte anos²⁰, embora não faça, quanto eu saiba, a contraposição expressa com o axioma de ISAÍAS, ajuda-nos a encontrar a resposta. Cito o próprio FERRARO, na apresentação do seu livro: "A morte de Jesus sempre foi um dos objetos centrais da teologia cristã. Hoje, devido à problemática do mundo atual, com suas mudanças rápidas e profundas, que modificam as estruturas tradicionais e exigem uma nova compreensão do mundo, realidade esta bem analisada pela Teologia Política e pela Teologia da Libertação, o teólogo encontra-se diante de uma nova dimensão deste acontecimento da história da salvação: a morte de Jesus não é mais analisada e interpretada pura e simplesmente no contexto de um passivismo determinista e como uma simples contemplação de um 'herói morto por nós', mas ela nos é apresentada com todo o seu valor solidário, libertador e revolucionário de uma entrega consciente e livre e por amor"²¹.

Aí está. O fato de essa entrega ter sido consciente e livre - como aliás o mostra JOÃO no c. 10 do seu evangelho: *Ninguém tira de mim a minha vida, mas eu a dou livremente* (Jo 10,18) - isto faz da Cruz de Jesus não uma fatalidade mas o preço livremente aceito por Ele para nos trazer a Paz, preço a pagar pelo seu desassombro profético de remexer nas estruturas da sociedade e da religião do seu tempo, ata-

cando o *status quo* injusto e falso que essas estruturas mantinham e queriam conservar. Nesse sentido, a Cruz de Jesus, como o martírio dos mártires de todos os tempos, resulta na forma privilegiada do empenho pela Justiça, empenho, portanto, inegavelmente político, ao qual não nos podemos furtar.

É claro que corremos ainda hoje - e como! - o risco de reduzir a religião, o Evangelho, a Cruz do Senhor, a realidades "espirituais", a-políticas, menos perturbadoras, relativamente fáceis de levar adiante com nossos jeitinhos, nossas fachadas, nossas hipocrisias, esquecidos de que assim não estamos construindo a Paz! No entanto, o Senhor não quer nossos sacrifícios rituais, nossas liturgias, nossa "religião", se ela não nos engaja e não nos leva a empenhar-nos politicamente para transformar as estruturas que continuam vitimando os pobres, como já o denunciaram os profetas do Antigo Testamento.

No entanto, sem renunciar à tarefa que nos cabe, e que só nós poderemos fazer, é preciso reforçar com a oração a nossa ação. Nesse sentido impressiona-me a breve súplica litúrgica que fazemos, cada vez que celebramos a Eucaristia, pouco antes da Comunhão: *Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós, dai-nos a Paz!* Pena que uma súplica tão densa de sentido, tão dramática, que inspirou p. ex. o extraordinário *Agnus Dei* da "Missa Solemnis" de BEETHOVEN, seja tantas vezes murmurada ou tagarelada rotineiramente, por uma assembléia que, tendo-se alvorçado num "abraço da paz" sem compostura, parece não se dar conta do que seja esse "pecado do mundo" que nos enreda e oprime os pobres, do que seja essa "Paz" que, em conseqüência, está tão longe de nós.

CONCLUSÃO

O livro do Apocalipse, na sua parte propriamente apocalíptica (cc. 4-22), apresenta, entre tantos elementos simbólicos, a breve cena do c. 6, vv. 9-11, que descreve a abertura do "quinto selo". É a cena do **clamor dos mártires**, que se eleva de sob o altar, do lugar para onde escorre o sangue das vítimas, o sangue derramado que, desde o de Abel, *clama por Justiça* (cf Gn 4,9). Ora, esta cena é evocada logo depois dos "quatro selos", os quais, numa seqüência de cavalos e cavaleiros impetuosos, representam o trágico dinamismo da história humana, marcada desde o início pela ambição, o primeiro cavaleiro²², e seus fatídicos acompanhantes: guerra, fome, morte, respectivamente, o segundo, terceiro, e quarto cavaleiros. É nesse contexto que se situa o clamor dos mártires, o "quinto selo", como elemento dinamizador da história (cf também as "orações dos santos", que se elevam como e com o incenso do Anjo turiferário, antes do clangor das sete trombetas, Ap 8, 3-4).

E qual é esse clamor? É o clamor **pela Justiça**: *Até quando, Senhor, Santo e Verdadeiro, tardarás a fazer Justiça* (lit. julgar, gr. *krinein*), vingando nosso sangue?

*"E qual é esse clamor?
É o clamor
pela Justiça"*

(Ap 6,10) A resposta que os mártires recebem é dupla: primeiro, devem aguardar um pouco de tempo... (v. 11); segundo, com a abertura do sexto selo, é-lhes oferecida uma antecipação do "juízo/julgamento" de Deus, no cenário apocalíptico do "Grande Dia de sua Ira" e da "Ira do Cordeiro" (vv. 12-17 do mesmo c. 6).

Esta impostação do Apocalipse, livro da "Esperança de um povo que luta"²³, é decididamente "militante", sem contemporização para com os ímpios e mesmo, até certo ponto, "revanchista", no sentido em que pede e espera que a justiça de Deus entre radicalmente em ação, reprimindo e destruindo os perversos, "exterminando os que exterminam a terra" (cf 11,18). Parece não haver lugar para a Misericórdia e o Perdão, mais vezes o autor mencionando a obstinação dos que, mesmo atingidos pelos flagelos de advertência e castigo, não se convertem: cf 9,20-21, após a "sexta trombeta", e também 16,9 e 20, após a quarta e a sétima taça do furor de Deus"...

E o final do livro, após a descrição do julgamento/condenação da Prostituta (cc. 17-18), apresenta, entre brados e aleluia, o convite para a participação dos eleitos no triunfo da Esposa (19,1-9). Só então, e depois da destruição das duas Bestas e do próprio Dragão (19,11-21 e 20,11-15), o texto introduz no novo céu e nova terra, cuja realidade central é a cidade-Esposa, resplandecente da luz de Deus do Cordeiro, na qual não há morte, nem luto, nem clamor, nem sofrimento, porque as coisas antigas se foram (cc. 21-22). Isto é, a Paz escatológica, definitiva, só acontecerá quando se realizar plenamente a Justiça, como o espera a segunda carta de Pedro: Nós, porém, o que aguardamos, segundo a sua promessa, são novos céus e nova terra, nos quais habitará a Justiça! (2Pd 3,13)

Ora, aquilo que autor apocalíptico apresenta, em chave apocalíptica, como a última fase da história, evidentemente não é uma utopia a ser constantemente relegada para lá, para depois, para uma eternidade fora do tempo. Nesse sentido a proclamação inicial de Jesus, segundo Marcos, nos assegura que o tempo chegou, se cumpriu, e o Reino já se aproximou: é preciso converter-se e acreditar nesta Boa Notícia! (cf Mc 1,15) Por isso, se a Paz escatológica é o fruto maduro da plenitude da Justiça de Deus, também a Paz histórica, a Paz que é nossa tarefa construir agora, só é possível se for garantida a Justiça humana. Já não ensinou com clareza irrecusável Isaías - a Paz é a obra da justiça (Is 32,17) - e no-lo assegurou Jesus: a Paz, a minha paz vos dou (Jo 14,27), a Paz alicerçada no sangue da Cruz (Jo 1,20).

NOTAS

¹ Neste artigo, por questão de realce, empregarei maiúsculas para a "Paz" como para a "Justiça"

² ALBRIGHT, W.F. e MANN, C.S., *Matthew*, col. The Anchor Bible, Doubleday, New York, 1971, p. 130-132

³ Assim encontra-se o texto em GARCIA-MARTINEZ, F., *Textos de Qumran*, Vozes, Petrópolis, 1995, p. 389

⁴ Cf PEISKER, C.H. e DOUDEL, H.D., *Sinopse dos Quatro Evangelhos*, mimeo, pro manuscrito, Cruzeiro do Sul, Acre, 1983, p. 48-49

⁵ O fato de que Jesus cite Mc 7,6 não transforma o texto do profeta do séc. VIII em "profecia" a ser cumprida só tantos séculos

depois. Trata-se de uma situação social freqüente, denunciada por Mq no seu tempo, e que Jesus aplica à sua própria situação: se esta crise acontece mais vezes por vários motivos, acontecerá mais ainda por causa dele

⁶ Um detalhe curioso em Lc 12,52-53: os "cinco" mencionados no v. 52 parecem tornar-se "seis" no v. 53, mas continuam sendo "cinco", pois "mãe" e "sogra" são a mesma pessoa, nessa família constituída de pai, mãe, filho, esposa do filho, e filha... (cf MORRIS, L.L., *Lucas*, Introdução e Comentário, Série Cultura Bíblica, Ed. Vida Nova, SP, 1983, p. 207

⁷ Numa possível alusão à *Pax Romana*, que era imposta e mantida pela força das legiões do Império: cf a seguir Jo 14,27: a "paz do mundo"

⁸ Nesse sentido, Mt 10,34 e Lc 12,51 são textos preciosos para a Teologia da Libertação, que procura alertar-nos contra a injustiça estrutural que o sistema costuma camuflar, encobrindo os conflitos subjacentes a essa injustiça

⁹ CROATTO, J.S., *Isaias vol. I: o profeta da Justiça e da Fidelidade*, col. Comentário Bíblico, Vozes-Sinodal, SP, 1989

¹⁰ PENNA, A., no seu grande Comentário a Isaías, na col. *La Sacra Bibbia a. c. di GAROFALO, S.*, Marietti, Milano, 1964, p. 296-297, prefere manter o paralelismo do v. 17 com o v. 16 e traduz assim: *Effetto della Giustizia sarà la Pace / e frutto del Diritto una sicurezza perpetua*, embora reconheça que o TM e as antigas versões, tanto a LXX como a Vulgata, apresentem a Justiça nos dois hemistíquios

¹¹ Lit., em hebr., *neveh shalom*, "morada de Paz", que o gr. traduziu "cidade da Paz" e o lat. "beleza da Paz", lit. in *pulchritudine Pacis*, título de recente carta pastoral do Patriarca latino de Jerusalém, Michel SABBAH, em novembro de 1993, sobre "A leitura da Bíblia hoje na terra da Bíblia", texto na Revista Bíblica Brasileira (RBB) 1994, 4, p. 403-446. Quanto à expressão original, *neveh shalom*, ela designa atualmente uma aldeia onde árabes, judeus e cristãos fazem a experiência prática da utopia da convivência pacífica

¹² Cf JENNI, E.-WESTERMANN, C., *Diccionario Teológico Manual del Antiguo Testamento*, vol. II, Ed. Cristiandad, Madrid, 1985, col. 644

¹³ P. ex. CROATTO, J.S., no seu Comentário já cit.

¹⁴ Esse conhecimento não é apenas teórico ou vertical, mas se comprova justamente pela dimensão ética, como Oséias já o demonstrara (cf, entre outros textos, Os 4,1-3 e 6,6) e João vai lapidarmente confirmar: *Quem diz que ama a Deus, a quem não vê, e não ama seu irmão, a quem vê, é um mentiroso* (cf 1Jo 4,20)

¹⁵ Cf PEREIRA, N.B., *Sirácida ou Eclesiástico*, col. Comentário Bíblico, Vozes-Sinodal, Petrópolis, 1992, p. 77-78

¹⁶ *Por aqueles...* A maioria das traduções, p. ex. BJ e TEB, traduzem literalmente o dativo grego como dativo de interesse, quando mais provavelmente trata-se aqui de um raro, mas comprovado, dativo de agente, como o explica ZERWICK, M., *Analysis Philologica NT graeci*, Roma, PIB, 1953, p. 529; cf também MOO, D.J., *Tiago*, Introdução e Comentário, Série Cultura Bíblica, Ed. Vida Nova, SP, 1990, p. 136

¹⁷ O texto hebr. de Miquéias tem sido diversamente traduzido, segundo a interpretação que se dá ao restante do v. 4. Inclusive, segundo JENNI-WESTERMANN, op. cit., col 1167, *shalom* aqui significaria não "paz", mas "desforra", "revide" (em relação à invasão assíria)... Entretanto, mesmo mantendo o sentido tradicional de "paz", a tradução dos LXX é impessoal - e esta será a Paz - o que não impede Paulo, com a liberdade do midraze, de substituir o feminino *haútê* pelo masculino *autós*, ao fazer a sua leitura cristológica

¹⁸ Alusão ao tablado que separava o átrio dos judeus do átrio dos gentios no Templo de Jerusalém, cf At 21,28s (Nota da BJ)

¹⁹ Cf, a propósito, a proclamação inicial do livro da Sabedoria: *Amã a Justiça, vós que governais a terra...*

²⁰ FERRARO, B., *A significação política e teológica da morte de Jesus*, Vozes, Petrópolis, 1977

²¹ Id., *ibid.*, p. 7

²² Esse primeiro cavaleiro, do cavalo branco, com coroa e "vencedor", representaria o próprio Cristo, segundo a explicação do c. 19,11-16, mas é difícil conciliar essa identificação com a dos três cavaleiros restantes. A não ser que o identifiquemos, sim, com a sua contrafação, o anti-Cristo... Cf a esclarecedora Nota da TEB, explicando Ap 6,2

²³ Expressão de Carlos MESTERS, como título do seu apreciado pequeno comentário: *Esperança de um povo que luta. O Apocalipse de São João - uma chave de leitura*, Ed. Paulinas, SP, muitas reimpressões, sem data

Endereço do Autor:

ITESC - Caixa Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS - SC

Fraternidade e Política

A Misericórdia, Fonte de Justiça e de Paz

Pe. Dr. Manoel João Francisco
Professor de Teologia Litúrgica

O papa JOÃO PAULO II, na Encíclica *Dives in Misericordia*, de 1980, afirma que "a misericórdia é a fonte mais profunda da justiça" (DM 91). Pensei por isso partilhar com os leitores de ENCONTROS TEOLÓGICOS algumas reflexões sobre a virtude da misericórdia que, como lembra o Papa, na mesma Encíclica, parece causar mal-estar ao homem de hoje, principalmente no campo da política (DM 8).

Misericórdia, é bom sublinhar, não é mera compaixão, mas, como escreve Jon SOBRINO, "um grande amor, um amor real e incondicional, um amor primeiro e último que transcende tudo, que corre qualquer risco pessoal e institucional, para atender o ferido no caminho" (cf a parábola do Samaritano, em Lc 10, 29-37). Ainda segundo SOBRINO, ter misericórdia é optar pela vida. "Uma opção não apenas preferencial, mas primordial, que configura a vida inteira, a mente e o coração"¹.

A misericórdia assim entendida exige e provoca uma ação de justiça e de fraternidade, pois, como já foi dito, ela é "em certo sentido, a mais perfeita encarnação de igualdade entre os homens e, por conseguinte, também encarnação mais perfeita da justiça... A misericórdia torna-se, assim, um elemento indispensável para dar forma às relações mútuas entre os homens, num espírito do mais profundo respeito por aquilo que é humano e pela fraternidade recíproca" (DM 92.93.94).

A palavra hebraica para designar misericórdia, no sentido de compaixão e ternura, *rahamim*, tem sua raiz numa outra que indica o útero materno, *reham*. Misericórdia é, portanto, o amor de mãe que Deus tem para com seus filhos, os seres humanos. A mãe, sem desprezar nenhum

dos filhos, dispensa maior atenção e cuidado aos mais frágeis. Isto explica a parcialidade de Deus em favor dos pobres e oprimidos.

Deus, no seu amor de misericórdia, vê a miséria do povo, ouve o seu clamor e o liberta da escravidão no Egito (cf Ex 3,7); perdoa Israel e faz de um "não-povo", o seu povo, da "não-amada", a sua esposa, "amada" (hebr. *ruhamah*, amada com ternura compassiva), realizando um novo Êxodo (Os 2,25).

Como Deus, também a Igreja, movida pela misericórdia, constata o "clamor surdo, mas sempre mais claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador" que brota de muitas bocas, mas especialmente, entre nós, das bocas de 32 milhões de irmãos brasileiros que vivem em situação de "pobreza desumana", de "injustiça institucionalizada" e de "permanente violação da dignidade da pessoa humana".

A misericórdia sempre tende a ser eficaz. Por isso busca todas as mediações práticas que possibilitem a concretização desta eficácia. Neste ponto a misericórdia se transforma em Justiça e se empenha na construção de um mundo onde a verdade vença a mentira; a vida, a morte e a fraternidade, a opressão.

A misericórdia é a reação mais adequada e necessária ante o mundo sofredor. Sem misericórdia não haverá compreensão de Deus, nem de Jesus, nem do ser humano. Por misericórdia e somente por misericórdia Deus se aproxima do seu povo que pena envergonhado e acabrunhado sob o peso dos pecados pessoais e estruturais.

Movido de misericórdia, o pai do filho pródigo restituiu ao filho a dignidade de filho e de irmão (cf Lc 15,11-32).

*"A misericórdia
sempre tende
a ser eficaz"*